



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 09/08/2019

Defesa Civil



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo lança “Frente Parlamentar da Defesa Civil”

Na manhã desta quinta-feira, 8, aconteceu o “Lançamento da Frente Parlamentar da Defesa Civil”, no Auditório José Bonifácio, na Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP. O evento teve como objetivo auxiliar as Defesas Cíveis do Estado de São Paulo no desenvolvimento de ações para gestão de riscos e de desastres naturais, além de chamar a atenção dos **gestores paulistas para construção de cidades seguras e sustentáveis, por meio de políticas públicas essenciais na busca da resiliência local.**

Na ocasião, o Secretário da Casa Militar e Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, Coronel PM Walter Nyakas Junior, ministrou uma palestra sobre “As ações para gestão de riscos de desastres no Estado de São Paulo”, ao fim, o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, Coronel Alexandre Lucas Alves, palestrou a respeito de “Os desafios da Frente Parlamentar da Defesa Civil na consolidação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil”.

FONTE: <http://www.defesacivil.sp.gov.br/assembleia-legislativa-do-estado-de-sao-paulo-lanca-frente-parlamentar-da-defesa-civil/>



**Global Assessment Report
on Disaster Risk Reduction**

Governança do risco de desastres: Avaliação da vulnerabilidade institucional com ênfase em medidas não estruturais no município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco (PE), Brasil

A mudança climática teve sérias consequências em nível global e local e exigiu estudos científicos e medidas de gestão mais eficazes para estratégias de redução de risco de

desastres. Nesse sentido, os gestores públicos devem considerar estratégias que envolvam a integração de stakeholders, em relação à compreensão dos riscos de desastres a serem enfrentados. O objetivo deste artigo é analisar e discutir o grau de vulnerabilidade institucional em termos de governança do risco de desastres, com ênfase nas medidas não estruturais tomadas no município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, Brasil.

Foram analisados cinco indicadores, constituídos por Instrumento de Planejamento e Gestão, Estrutura de Gestão, Ações Preventivas, Trabalho Multidisciplinar e Fundos Emergenciais. Ressalta-se a importância de medidas não-estruturais que fortaleçam a governança, a saber, grupos de defesa da comunidade e defesa civil e o sistema de alerta do município. A partir deste estudo, concluiu-se que a gestão do município de Jaboatão dos Guararapes foi caracterizada como tendo um grau médio de vulnerabilidade institucional, e a cidade tomou medidas para desenvolver um planejamento integrado, atuando dentro dos princípios recomendados no Marco de Sendai (2015 -2030). Nesse sentido, recomendações são sugeridas para o aprimoramento de todo o sistema de governança de acordo com os indicadores e documentos analisados.

Este artigo é uma contribuição para a edição de 2019 do Relatório de Avaliação Global sobre Redução do Risco de Desastres (GAR 2019).

Para citar este artigo:

Quental Coutinho, R .; Lucena, R. et al. Governança do risco de desastres: Avaliação da vulnerabilidade institucional com ênfase em medidas não estruturais no município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco (PE), Brasil. Contribuindo com o papel para o GAR 2019

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/66812_frobertocoutinhothechallengeofrisk.pdf



A excepcional balança de água europeia de 2018 exige ações de adaptação

A temperatura e a precipitação são os fatores mais importantes responsáveis pelas variações da produtividade agrícola. Em 2018 primavera / verão, a Europa experimentou anomalias simultâneas de ambos. As condições de seca no centro e norte da Europa causaram reduções de rendimento de até 50% para as principais culturas, mas as condições de chuva no sul da Europa tiveram ganhos de rendimento de até 34%, ambos com relação à média dos últimos 5 anos. Com base na análise de reconstruções paleoclimáticas sazonais documentais e baseadas em proxy para o último meio milênio, os autores mostram que a combinação de anomalias climáticas

na Europa em 2018 foi única. A gangorra da água, um acentuado bipolar de anomalias negativas da água na Europa central e positivas no sul da Europa, distinguiu 2018 das cinco secas anteriores semelhantes desde 1976.

Projeções futuras no cenário do RCP8.5 mostram que as condições de temperatura e chuva de 2018, favoráveis ao crescimento da cultura, ocorrerão com menos frequência no sul da Europa. Em contraste, na Europa central, as projeções climáticas de emissões mostram que as secas tão intensas quanto 2018 poderiam se tornar uma ocorrência comum já em 2043. Embora os mercados agrícolas europeus e globais integrados tenham limitado os choques agroeconômicos causados pelos extremos de 2018, há uma necessidade urgente de estratégias de adaptação para a agricultura europeia para considerar futuros sem os benefícios de qualquer gangorra de água.

FONTE: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1029/2019EF001170>



Órgãos brasileiros acompanham implementação nacional de objetivos globais

Desde a aprovação da Agenda 2030 pela comunidade internacional, em 2015, órgãos governamentais brasileiros começaram a avançar na identificação de indicadores nacionais para o acompanhamento das metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Um exemplo é o trabalho de adequação das metas globais para a realidade brasileira e o acompanhamento de indicadores do país, conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente.

“Desde 2017, o IPEA faz o assessoramento técnico de políticas públicas em relação aos ODS. Dentro dessa atribuição, o instituto já realizou o trabalho de adequação das metas globais dos ODS para o Brasil”, disse a diretora-adjunta de estudos e políticas sociais do IPEA, Enid Rocha.

“Também, dentro desse seu compromisso de fazer o assessoramento ao governo brasileiro, (o IPEA) lançou a série Cadernos ODS, que traz para cada objetivo o panorama e o retrato da situação brasileira para alcançar as 169 metas”, completou.

Outro exemplo de acompanhamento de indicadores nacionais alinhados às metas dos ODS é a plataforma desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No site, é possível consultar indicadores e dados específicos nacionais sobre as metas dos ODS. O endereço é www.ods.ibge.gov.br.

[Consulte aqui a série “Cadernos ODS”, produzida pelo IPEA.](#)

Para conferir todas as metas dos ODS, acessa a plataforma www.agenda2030.gov.br.

Sobre os ODS

Integradas e indivisíveis, de natureza global e universalmente aplicáveis, as 169 metas dos 17 ODS são uma oportunidade para que governos definam suas próprias metas, em escala nacional ou local, em linha com o cumprimento dos objetivos globais.

No documento “Transformando o Nosso Mundo”, aprovado pelo países-membros da ONU em 2015, ficou reconhecido que cada país enfrenta desafios específicos para a erradicação da pobreza, o crescimento econômico inclusivo e a sustentabilidade ambiental.

Por isso, segundo o documento, as metas dos ODS servem com um guia para o cumprimento da Agenda 2030. De toda forma, todos os atores envolvidos na implementação das metas — governos, setor privado, sociedade civil e academia — são encorajados a ir além do cumprimento do mínimo exigido.

Para cada ODS, há um conjunto de metas, totalizando 169. No ODS 1 (Erradicação da pobreza), por exemplo, a meta 1.2 estabelece que os países devem, até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza. No entanto, isso não impede que governos, setor privado e sociedade civil avancem ainda mais no cumprimento da meta.

“Os governos têm a responsabilidade primária de acompanhamento e avaliação, nos níveis nacional, regional e global, em relação ao progresso alcançado na implementação dos objetivos e metas nos próximos anos”, disse o assessor sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Haroldo Machado Filho.

“Cada governo também vai decidir como essas metas aspiracionais e globais devem ser incorporadas nos processos, políticas e estratégias nacionais de planejamento. É importante reconhecer o vínculo entre desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental”, declarou.

Outro desafio para o cumprimento das metas é o acesso a dados de referência confiáveis. Segundo o documento que estabeleceu a Agenda 2030, o fortalecimento da coleta de dados e do desenvolvimento de capacidades nos países-membros é fundamental para a efetiva implementação e acompanhamento das metas dos ODS.

O documento também aponta que os países-membros “se comprometem a corrigir essa falha na coleta de dados, de modo a informar melhor a medição do progresso, em particular para aquelas metas em que não há metas numéricas claras”.

FONTE: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/implementacao-das-metas-da-agenda-2030-garante-o-cumprimento-dos.html>

FONTE: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=357&search=cadernos



Voluntariado na gestão de desastres: Oportunidades, desafios e instrumentos para melhorar

As colaborações da sociedade civil e da administração pública desempenham um papel fundamental para o sucesso da gestão de emergências e desastres. No entanto, fatores que incluem novas tecnologias, eventos de desastre em grande escala e uma população com envolvimento diferente estão se combinando para trazer formas novas, espontâneas ou emergentes de voluntariado para atividades oficiais de gerenciamento de desastres. Este relatório aborda os desafios e as oportunidades de integrar esses **voluntários na gestão de desastres e na proteção civil**. Além disso, detalha (1) as relações entre a gestão de crises do estado e o ambiente social em que essas relações ocorrem; e (2) os instrumentos disponíveis para apoiar o voluntariado no contexto da gestão de desastres e da proteção civil.

FONTE: <https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-security-studies/pdfs/RR-Report-Volunteers-In-Disaster-Management.pdf>



Os impactos severos em escala continental das mudanças climáticas estão acontecendo agora: os eventos climáticos extremos impactam comunidades formadoras de habitat marinho ao longo de 45% da costa da Austrália.

Os recentes aumentos na frequência de eventos climáticos extremos (ECEs), tais como ondas de calor e inundações, têm sido atribuídos às mudanças climáticas, e podem ter impactos ecossistêmicos e evolutivos pronunciados, porque fornecem pouca oportunidade para os organismos se adaptarem ou adaptarem. Este relatório sintetiza informações sobre uma série de ECEs na Austrália de 2011 a 2017 que levaram a uma mortalidade bem documentada, abrupta e extensiva de importantes organismos formadores de habitats marinhos - corais, kelps, ervas marinhas e manguezais - ao longo de > 45% dos litoral continental da Austrália.

O branqueamento de corais ocorreu em grande parte do norte da Austrália devido a ondas de calor marinha (MHWs) que afetaram diferentes regiões em 2011, 2013, 2016 e 2017, enquanto ervas marinhas foram impactadas por eventos anormalmente chuvosos em 2011 nas costas tropicais leste e oeste. Um MHW ao largo da Austrália Ocidental (WA) durante o La Niña de 2011 estendeu-se a regiões temperadas e subtropicais, causando uma mortalidade generalizada de florestas de algas e comunidades de ervas marinhas nos seus limites de distribuição do norte. As florestas de mangue sofreram alta mortalidade durante o El Niño de 2016 nas áreas costeiras do norte e do norte-WA devido ao estresse hídrico severo causado pela seca e anormalmente baixo nível médio do mar. Esta série de ECEs reflete uma variedade de eventos diferentes - MHWs, chuvas intensas de tempestades tropicais e secas.

A natureza inédita e disseminada desses impactos da ECE provavelmente produziu repercussões substanciais em todo o ecossistema. Previsões de modelos de ecossistemas sugerem que a mortalidade generalizada de táxons formadores de habitats terá consequências de longo prazo e, em alguns casos, irreversíveis, especialmente se elas continuarem a se tornar mais frequentes ou severas. As mudanças ecológicas abruptas causadas pelas ECEs podem ter impactos de longo prazo maiores do que o aquecimento mais lento, que leva à reorganização gradual e à possível evolução e adaptação. As ECEs são uma ameaça emergente para os ecossistemas marinhos e exigirão melhores estratégias sazonais de previsão e mitigação.

FONTE: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fmars.2019.00411/full>



Austrália: O relatório da Gerência de Emergências do Inspetor-Geral 2: revisão de 2018-19 - A revisão da queimada em 2018 em Queensland

O objetivo desta revisão é avaliar a eficácia do sistema de gestão de desastres de Queensland na preparação e resposta aos principais incêndios ocorridos entre o final de novembro e o início de dezembro de 2018. A revisão também considera o tratamento do sistema da onda de calor associada. Cobrindo os grandes incêndios, a revisão é baseada no Padrão para Gerenciamento de Desastres em Queensland e segue nove linhas de investigação. Estes relacionam-se com a ciência e lições de outros eventos, a onda de calor, risco, mitigação, inteligência, tecnologia, avisos, coordenação, evacuação e apoio interestadual.

A revisão termina com três conclusões:

1. A necessidade de trabalhar em conjunto para gerenciar o risco de incêndios intensos.

2. A necessidade de transmitir o risco e as melhores informações sobre o assunto para a comunidade.
3. A necessidade de o sistema de gerenciamento de desastres se adaptar quando o perigo requer a capacidade técnica de uma grande agência específica de risco para responder a um desastre que ocorre por causa disso.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/66846_igemqueenslandbushfirereview2019com.pdf



ScienceDirect

Evidência empírica de declínio da vulnerabilidade global aos perigos relacionados ao clima

O número de mortos e as perdas econômicas decorrentes de desastres naturais continuam aumentando em muitas partes do mundo. Com o objetivo de reduzir os impactos futuros de desastres naturais, é crucial entender a variabilidade no espaço e no tempo da vulnerabilidade das pessoas e dos ativos econômicos. Neste trabalho, os autores quantificaram a dinâmica temporal da vulnerabilidade socioeconômica, expressa como fatalidades sobre a população exposta e perdas sobre o PIB exposto, para riscos relacionados ao clima entre 1980 e 2016. Usando uma estrutura global, espacialmente explícita que integra população e economia dinâmica com um dos mais completos bancos de dados de perda de desastres naturais, os autores quantificaram as taxas de mortalidade e perda em níveis de renda e analisaram sua relação com a riqueza.

Os resultados mostram uma clara tendência decrescente tanto na vulnerabilidade humana quanto na econômica, com as taxas médias globais de mortalidade e perdas econômicas que caíram 6,5 e quase 5 vezes, respectivamente, entre 1980-1989 e 2007-2016. O relatório mostra ainda uma clara relação negativa entre vulnerabilidade e riqueza, que é mais forte nos níveis mais baixos de renda. Isso levou a uma convergência na vulnerabilidade entre os países de renda mais alta e baixa. No entanto, ainda existe uma lacuna considerável de vulnerabilidade a perigos climáticos entre países mais pobres e mais ricos.

FONTE: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0959378019300378?token=7987A73EF07E5F7BD7758D1983B16E36396AD87E70EC8F2C2E9A31E156FA4D4866F55F68E94A9E9C9121E8C7C38845A6>



Bem gasto: como a governança determina a eficácia dos investimentos em infraestrutura

Este estudo explora o papel da governança na melhoria da confiabilidade da infraestrutura. Ele estima que aumentar os gastos em infraestrutura e melhorar a governança em paralelo é seis vezes mais eficaz em melhorar o desempenho do sistema de transporte do que apenas aumentar os gastos. O relatório também estima que, no orçamento fiscal atual, cada US \$ 1 gasto em manutenção de infraestrutura é tão eficaz quanto US \$ 1,5 em novos investimentos em muitas economias da OCDE. No geral, as evidências neste estudo demonstram que é a qualidade e não a quantidade de gastos em infraestrutura que determina a qualidade dos serviços de infraestrutura.

FONTE: <http://documents.worldbank.org/curated/en/414611560792300712/pdf/Well-Spent-How-Governance-Determines-the-Effectiveness-of-Infrastructure-Investments.pdf>

EVENTOS



Rosario =

Workshop Internacional para Gestão Local de Mudanças Climáticas

gestão local para a mudança climática: novos desafios e oportunidades

Tornar as cidades sustentáveis tem sido alvo de vários governos e organizações por um longo tempo. Em um contexto de aceleração da urbanização, a mudança climática e aprofundar as desigualdades, esta pesquisa nos reúne hoje mais do que nunca.

Os governos locais de todo o mundo, tornando-se consciente desta realidade, estão agora a tomar a iniciativa e liderar os processos de transformação necessárias para criar comunidades resilientes enfrentar a mudança climática.

Entendemos a necessidade de pensar cidades dentro de um sistema maior, com capacidade de processamento, merecendo ser considerado como parte integrante da política de desenvolvimento provincial / nacional / internacional e agendas globais. Nós reconhecemos que para abordar estas questões exigem o envolvimento de múltiplos atores, alegando que o papel dos governos locais e subnacionais como tomadores de decisão e levando jogadores na elaboração de políticas ambientais.

Esta situação exige estruturas que envolvem uma mudança de paradigma na gestão das cidades, ancorado na interdisciplinaridade, gestão a longo prazo, a colaboração e participação de todos os setores.

Oficina Esta proposta é apresentada como uma oportunidade para capacitação, redes e ligações para funcionários e cidadãos comprometidos na região continuar a contribuir para o desenvolvimento resistentes às mudanças climáticas em suas comunidades. A proposta também surge da convicção da importância da

aprendizagem entre pares, interdisciplinar e experiência para gerar respostas que dão soluções locais para problemas globais.

FONTE: <file:///C:/Users/PC/Downloads/WorkshopInternacionalResumen.pdf>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>